



CÂMARA MUNICIPAL DE CAREAÇU

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 19.036.474/0001-11

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 04 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015, que “Altera dispositivo da lei 1.190 de 31 de dezembro de 2002 que “Institui no Município de Careacu a Contribuição para custeio de Iluminação Pública prevista no artigo 149 da Constituição Federal””.

Autoria: Vereador Orlando dos Reis Gonçalves Filho

O art. 1º do **PROJETO DE LEI Nº 04 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015**, que “Altera dispositivo da lei 1.190 de 31 de dezembro de 2002 que “Institui no Município de Careacu a Contribuição para custeio de Iluminação Pública prevista no artigo 149 da Constituição Federal”, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º A Tabela Anexa à Lei 1.190 de 31 de dezembro de 2002 que “Institui no Município de Careacu a Contribuição para custeio de Iluminação Pública prevista no artigo 149 da Constituição Federal”, passa a ter a seguinte redação:

TABELA ANEXA

CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CIP

CONSUMO MENSAL – KW/H	PERCENTUAIS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (%)
01 a 200	0,00 (isento)
201 a 500	3,00
Acima de 500	5,00

Sala das Sessões, 27 de Fevereiro de 2015.


Orlando dos Reis Gonçalves Filho
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE CAREAÇU

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 19.036.474/0001-11

Careaçu, 27 de fevereiro de 2015.

Senhores Vereadores,

O Vereador que a este subscreve vem na forma regimental apresentar a **Emenda Modificativa ao Projeto de Lei** que ***“Altera dispositivo da Lei 1.190 de 31 de dezembro de 2002 que “Institui no Município de Careacú a Contribuição para custeio de Iluminação Pública prevista no artigo 149 da Constituição Federal”*”**, apresentando a seguinte:

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de projeto de Lei que visa atender a população de Careacú, que já sofre muito com a alta carga tributária e considerando que estamos vivendo um momento delicado e muito oneroso, apresento a presente proposta que ora passa às mãos dos nobres pares para que seja submetido à apreciação e deliberação desta Augusta Casa de Leis, confiante em um parecer favorável.

Ressalto que a iniciativa é concorrente, conforme se demonstra no art. 54 da Lei Orgânica Municipal, onde define os projetos de natureza privativa do Prefeito, e conforme entendimento pacificado do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que é de iniciativa concorrente o projeto de lei que trata de matéria tributária, ainda que exista proposta com o intuito de concessão de benefício fiscal. (*Recurso Extraordinário 626570 - Publicação: DJe-089 DIVULG 07/05/2012 PUBLIC 08/05/2012*).

Conto com a aprovação dos Senhores.


Orlando dos Reis Gonçalves Filho
Presidente